

☆ continuação

CPFL Geração de Energia S.A. - CNPJ nº 03.953.509/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Transações oriundas de reestruturação societária				
Contas a receber	(84.999)	–	2.974	–
Impostos a recuperar	(22.897)	–	609	–
Derivativos	(77.728)	–	–	–
Outros créditos	(7.842)	–	1.156	–
Depósitos judiciais	(1.746)	–	–	–
Investimentos em <i>joint ventures</i>	(125.772)	–	–	–
Imobilizado líquido de depreciação	(922.332)	–	15.358	–
Intangível líquido de amortização	(75.579)	–	4	–
Fornecedores	(5.030)	–	59	–
Empréstimos e financiamentos	(191.697)	–	(1.475)	–
Impostos diferidos passivo	(172.288)	–	(768)	–
Previdência privada	(33.718)	–	(0)	–
Obrigações tributárias	(126.483)	–	30	–
Obrigações trabalhistas	(2.996)	–	25	–
Outros passivos	(12.296)	–	5.746	–
Provisões para contingências	(270)	–	–	–
Empréstimos com controladas e controladora	–	–	5.356	–
Outras Transações				
Transferência entre imobilizado/intangível e outros ativos	–	–	3.930	1.366
Provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	–	–	–	15.821
Adiantamento para futuro aumento de capital integralizados	64.809	–	–	300.000
Perda em participação sem alteração no controle	(59.022)	–	59.022	–
Transferência de aplicações financeiras para cauções	–	–	–	7.815
Transferência entre empréstimos a receber e outros créditos	–	–	–	81
Transferência entre imobilizado e outros créditos	–	–	–	926
Reversão de custos socioambientais no imobilizado	–	–	(32.400)	–
Reconhecimento de corredor atuarial para previdência privada	–	–	18.732	–

34. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia e suas empresas controladas relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

Controladas	Duração	Consolidado				
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais em 31/12/2020						
Aluguéis	até 30 anos	25.139	50.434	42.714	287.590	405.877
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 32 anos	148.052	299.184	310.442	4.229.661	4.987.339
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 27 anos	24.236	49.560	51.124	222.075	346.995
Projetos de construção de usina	até 3 anos	633.074	199.074	–	–	832.148
Total		830.501	598.252	404.280	4.739.326	6.572.359

Empreendimentos controlados em conjunto

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Projetos de construção	até 5 anos	18.402	11.166	2.245	–	31.812
Encargos de Transmissão e Distribuição	até 16 anos	219.936	485.091	555.899	3.668.630	4.929.556
Recaptação do risco Hidrológico e outros	até 16 anos	66.511	161.293	161.293	421.873	810.970
		304.849	657.550	719.437	4.090.503	5.772.338

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

35. EVENTO SUBSEQUENTE

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF): Em 24 de fevereiro de 2021 determinadas subsidiárias de geração realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 156.444, referentes à passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais, vide nota explicativa 14.1.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI	TIAGO DA COSTA PARREIRA	CARLOS ALBERTO DUARTE NOGUEIRA	FUTAO HUANG
Presidente	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro

DIRETORIA

FUTAO HUANG	YUEHUI PAN	RODOLFO COLI DA CUNHA	FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO	FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor Presidente	Diretor Financeiro e de RI	Diretor Regulatório e de Gestão de Energia	Diretor Administrativo	Diretor de Operações

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRO MENDES

Coordenador de Serviços Contábeis - CT CRC 1SP251528/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da CPFL Geração de Energia S.A. - Campinas - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Geração de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades com tais normas, de acordo com as práticas contábeis adotadas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.:** Veja as notas explicativas 3.11 e 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias advindas da controlada CPFL Energias Renováveis S.A., cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros que são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e em seu plano de negócios. Devido ao grau de incerteza inerente às premissas utilizadas na determinação da estimativa dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas premissas poderem impactar de forma relevante a estimativa dos lucros tributáveis futuros e consequentemente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Como parte dos nossos procedimentos de auditoria em relação aos ativos fiscais diferidos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.: • avaliamos a documentação sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave implementados pela controlada relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros; • com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a documentação do auditor da controlada relativa às (i) principais premissas especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado e volume e preço de venda de energia; (ii) comparações com os dados disponíveis no mercado utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros e com o plano de negócios aprovado pela controlada; e • discutimos os resultados alcançados e avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos ativos fiscais diferidos, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas tomadas em conjunto, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos
Contador - CRC 1SP252906/O-0

FARO ENERGY I COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE PROJETOS S.A.

CNPJ/MF nº 31.191.534/0001-76 - NIRE 3530054506-1

AVISO AOS ACIONISTAS

A Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos Senhores Acionistas da Companhia que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na Rua Comendador Eduardo Saccab, 215, sala 315, São Paulo/SP, CEP 04601-070. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros. São Paulo, 26/03/2021.
Pedro Miguel de Araújo Mateus - Diretor.

FARO ENERGY PROJETOS SOLARES HOLDING S.A.

CNPJ nº 34.099.970/0001-08 - NIRE 35.300.554.027

AVISO AOS ACIONISTAS

A Faro Energy Projetos Solares Holding S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos Senhores Acionistas da Companhia que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na Rua Comendador Eduardo Saccab, 215, sala 315, São Paulo/SP, CEP 04601-070. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros. São Paulo, 26/03/2021.
Pedro Miguel de Araújo Mateus - Diretor.

= FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A. =

CNPJ - 51.319.358/0001-12 - NIRE - 35.300.006.194

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da Fênix Empreendimentos S.A., para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 12 de abril de 2021, às 9h00, em sua sede social, na Rodovia SP-304, km 141,5 - sala 2, em Santa Bárbara d'Oeste, SP, a fim de tratar da seguinte Ordem do Dia: **a)** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; **b)** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, distribuição de dividendos e orçamento de capital para o exercício de 2021; e **d)** Fixar a remuneração global e anual dos administradores, compreendendo Conselho de Administração e Diretoria.
Santa Bárbara d'Oeste, 24 de março de 2021
Romeu Romi - Presidente do Conselho de Administração

CACISA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE BENS S/A

CNPJ 58.606.278/0001-97

ERRATA EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA

A Cacisa Administração e Participação de Bens S/A vem retificar o Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária publicado no Diário Oficial Empresarial, página 165, em 26/02/2021. Devido a pandemia que estamos enfrentando onde todo estado de São Paulo encontra-se na fase vermelha e de acordo com o Decreto Municipal de Embu Guaçu nº 3.136 de 22 de Março de 2021, para dele fazer e constar a alteração abaixo indicada: **Onde se lê na data da realização:** "(...) no dia 27 de março de 2021, em 1ª convocação (...)" **Leia-se:** "(...) no dia 10 de abril de 2021, em 1ª convocação (...)"

FARO ENERGY I COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE PROJETOS S.A.

CNPJ/MF nº 31.191.534/0001-76 - NIRE 3530054506-1

AVISO AOS ACIONISTAS

A Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos Senhores Acionistas da Companhia que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na Rua Comendador Eduardo Saccab, 215, sala 315, São Paulo/SP, CEP 04601-070. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros. São Paulo, 26/03/2021.

Pedro Miguel de Araújo Mateus - Diretor.

FARO ENERGY PROJETOS SOLARES HOLDING S.A.

CNPJ nº 34.099.970/0001-08 - NIRE 35.300.554.027

AVISO AOS ACIONISTAS

A Faro Energy Projetos Solares Holding S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos Senhores Acionistas da Companhia que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na Rua Comendador Eduardo Saccab, 215, sala 315, São Paulo/SP, CEP 04601-070. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros. São Paulo, 26/03/2021.

Pedro Miguel de Araújo Mateus - Diretor.

Capgemini Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 65.599.953/0001-63 - NIRE 35.300.178.815

Edital de Convocação – Disponibilidade de Documentos

Ficam os Srs. Acionistas convocados e informados que encontra-se à disposição na sede da Companhia, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Grajaú, nº 60, 14º andar, Alphaville, conforme preceitua o artigo 133 da Lei 6.404/76, a partir do dia 29/03/2021, os documentos abaixo listados: I – Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; II – Cópia das demonstrações financeiras; III – Parecer dos auditores independentes. Barueri/SP, 26/03/2021. **Diretores:** Maurizio Mondani; João Leonardo da Silva Gomes Figueira. (26, 27 e 30/03/2021)

Fornasa S.A.

CNPJ/ME nº 61.090.338/0001-76

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30/04/2021, às 11:00 horas, na sede social em Osasco/SP, à Rua Professor Luis Eulalio de Bueno Vidigal, nº 441, para o fim de deliberarem sobre o seguinte: **a)** relatório da administração, balanço patrimonial, demonstração de resultados, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado e demonstração das mutações do patrimônio líquido, relativos ao exercício encerrado em 31/12/20; **b)** fixação dos honorários dos diretores; **c)** eleição da Diretoria. Osasco SP, 25/03/2021. **Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho** – Presidente. (25, 26 e 27/03/2021)

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Fechada

CNPJ/MF nº 15.561.610/0001-31 - NIRE: 35.3.00438-24-8

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("Companhia"), que se encontra à disposição, na sede social da Companhia, localizada na Rodovia Helio Smidt, s/nº, 3º andar, Sala 307, Aeroporto Internacional de São Paulo Guarulhos Gov. André Franco Montoro, Guarulhos, São Paulo, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Guarulhos, 26 de março de 2021. **Marcus Vinicius Figur da Rosa** - Diretor Presidente.

Acober S/A Administração de Bens e Condomínios

CNPJ/MF 61.391.314/0001-57 - NIRE 35300064925

Comunicado/Convocação

Acham-se à disposição dos acionistas, na sede social, Rua Azevedo Soares 1101, Capital/SP, os documentos do artigo 133, da Lei 6.404/76. Convidamos os Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30/04/2021, às 10 horas, no endereço acima, com a seguinte ordem do dia: 1) Contas e Demonstrações Financeiras de 31/12/2020; 2) Destinação do lucro e dividendos; 3) Outros assuntos. São Paulo 26/03/2021 Alexandre Pedro de Queiroz Ferreira – Presidente

POLICLIN S/A SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES

CNPJ Nº 45.184.066/0001-17

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, no Centro Administrativo da Empresa, à Rua Cel José Domingues de Vasconcelos, 216, nesta cidade, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020. São José dos Campos, 25/03/2021. A Diretoria

ABANDONO DE EMPREGO: Sr. **José Roberto Cadete Da Silva** - CTPS 0001350 - série 040 - SP. Esgotados nossos recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, convidamos o Sr. José Roberto Cadete Da Silva, portador da CTPS 0001350 - série 040-SP, a comparecer em nosso escritório, a fim de retornar ao emprego ou justificar as faltas desde 15/02/2021, dentro do prazo de 72 horas a partir desta publicação, sob pena de ficar rescindido, automaticamente, o contrato de trabalho, nos termos do art. 482 da CLT. São Paulo, 25 de Março de 2021. **SOCORRO HENRICO GUINCHOS LTDA.** Rua Arapiranga, 120, Vila Formosa. São Paulo - SP.

SPM PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Fechada - CNPJ Nº 00.567.209/0001-31 - NIRE 35.3.0031749.1

AVISO AOS ACIONISTAS

A SPM Participações S.A. comunica aos seus acionistas que a Assembleia Geral Ordinária está prevista para o dia 27 de abril de 2021, às 10h00, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.092, 15º andar, conjunto 153, nesta Capital. Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da companhia. São Paulo, 25 de março de 2021. **Marcos Mellão Alves de Lima** - Diretor.

Dez Asas Participações S.A.

Companhia Fechada - CNPJ Nº 17.456.871/0001-17 - NIRE 35.3.0044785.9

AVISO AOS ACIONISTAS

A Dez Asas Participações S.A. comunica aos seus acionistas que a Assembleia Geral Ordinária está prevista para o dia 27 de abril de 2021, às 12h00, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.092, 15º andar, conjunto 153, nesta Capital. Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da companhia. São Paulo, 25 de março de 2021. **Marcos Mellão Alves de Lima** - Diretor.

Freitas Comércio e Serviço de Ferragens e Materiais de Construção torna público que recebeu da Prefeitura Municipal de Araraquara a Licença de Operação 1865-5 com validade até 16/03/2025, para serviço de confecção de armações metálicas para a construção e serviço de corte e dobra de metais, sito a Rua João Gurgel, 3383 - Centro, Araraquara, SP."

AP PSICOLOGIA LTDA., CNPJ nº 34.112.232/0001-53, sito a Avenida Washington Luiz, nº 2.445, 104, Jardim Paulista, CEP 19.023-450, P.Pte-SP, comunica sua extinção em 31/12/2019, não deixa ativo nem passivo, e nomeia liquidante a Sra. Patrícia Zaccarelli Oliveira.

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF nº 60.850.575/0001-25

AVISO AOS ACIONISTAS

A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB - SP, comunica que encontram-se à disposição dos senhores Acionistas, em sua sede Social, na Rua São Bento, nº 405, 13º andar, na cidade de São Paulo - SP, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Administração
Alexsandro Peixe Campos
Diretor Presidente

FUNDAÇÃO DE APOIO A FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA E AO HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA – FAMAR

CNPJ N.º 09.161.265/0001-46

AVISOS DE LICITAÇÕES

Edital nº 05/2021 Processo nº 143/2021-M Modalidade: Pregão Eletrônico - Objeto: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES - COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS com abertura das propostas dia 09/04/2021 às 09:00hs.

Edital nº 06/2021 Processo nº 153/2021-M Modalidade: Pregão Eletrônico com ATA Registro de Preços - Objeto: PAPEL SULFITE DE PAPELARIA; GRAMATURA 75 G/M2; FORMATO A4 com abertura das propostas dia 13/04/2021 às 09:00hs.

Mais informações e aquisição do edital completo no site <http://famar.org.br/> ou pelo fone (14) 3434-4110 Setor de Licitações e Compras.

SANASA CAMPINAS

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

SANASA - CAMPINAS

CNPJ/MF N. 46.119.855/0001-37

AVISO AOS ACIONISTAS

Ficam à disposição dos senhores Acionistas, na sede social da Companhia, situada na Avenida da Saudade nº 500, Ponte Preta, Campinas/SP, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Campinas, 22 de março de 2021.
Marcos José Bernardelli
Presidente do Conselho de Administração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP

CNPJ/MF: 48.066.047/0001-84

NIRE: 3530005463-6

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada nos termos do artigo 132, da Lei nº 6.404/76 e alterações, às 11h00, do dia 16 de abril de 2021, na sua sede social, Rua da Mooca, nº 1921, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31/12/2020.
- Deliberar sobre a Destinação do Lucro referente ao Exercício Encerrado em 31/12/2020.
- Eleição de membros para o Conselho Fiscal.
- Fixação da remuneração do Conselho Fiscal.
- Ratificação - Aprovação da Remuneração do Capital Próprio, referente ao exercício de 2020.
- Ratificação - Eleição do Diretor Presidente como membro do Conselho de Administração.
- Outros assuntos de interesse da Sociedade.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Governo



EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A.

CNPJ 58.518.069/0001-91

EXTRATO

Aditamento 13 ao Contrato 020/1997 - Concessionária: METRA SISTEMA METROPOLITANO DE TRANSPORTES LTDA. - Objeto: Prorrogação antecipada do Contrato de Concessão pelo prazo de 25 anos - Valor: R\$ 22.606.486.668,96 - Assinatura: 23.03.21 - Pareceres EMTU: GAJ 035/2021 de 24.02.21 e GAJ 045/2021 de 23.03.21; Parecer CJ/STM: 02/2021 de 28.01.21.

EMTU

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Transportes Metropolitanos



DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A.

"Em Liquidação"

CNPJ 62.464.904/0001-25

PORTARIA DERSA PR/PR 001/2021 DE 18/02/2021

O Presidente Liquidante, PAULO MUANIS DO AMARAL ROCHA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e, em conformidade com as disposições contidas na Constituição Federal, art. 216, § 2º, e nos Decretos Estaduais nº 22.789, de 19 de outubro de 1984, nº 29.838, de 18 de abril de 1989, nº 48.897, de 27 de agosto de 2004 e nº 58.052, de 16 de maio de 2012, no tocante às políticas de gestão documental e de acesso a dados, documentos e informações, bem assim no que se refere às atribuições da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA,

RESOLVE:

Artigo 1º Reestruturar a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, instituída pela Portaria DERSA PR/PR 001 de 05/03/2021, publicada no DOE em 11/03/2021, diretamente vinculada à Presidência da Empresa, designando os seguintes funcionários, sob a coordenação do primeiro nomeado: 1. Vanessa Puk Fernandes - SG/DEPAT - Departamento de Patrimônio Imobiliário; 2. Maria Nazaré A. Andrade - SG/SEPRO Seção de Arquivos e Processos; 3. Emília de Oliveira Amatuçul - Departamento Hidroviário - DH; 4. Micheli Cristina Cardoso Leite - EG/DEREF - Departamento de Regularização Fundiária; 5. Luis Fernando Rego - EG/DIMAS - Divisão de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho; 6. Andre Luis Suzuki - EG/DIOBA - Divisão de Obras; 7. Edison Scricco - EG/DIOBA - Divisão de Obras; 8. Valéria Christina L. Oliveira - EG/DIPEP - Divisão de Desapropriação/Programas Sociais; 9. Carolina Tanus Alves F. Hakas - EG/DIPLA - Divisão de Planejamento; 10. Antonio Israel Neto - EG/DIPRO - Divisão de Projetos; 11. Melry Oliveira Messias - EG/EG - Diretoria de Engenharia; 12. Maria Marta Benetti Cajuiba - PR/ASSES - Assessoria da Presidência; 13. Sonia Maria Marino - PR/ASSES - Assessoria da Presidência; 14. Nelo Dante Simi - SG/DEAPE - Departamento de Administração de Pessoal; 15. Raydora Luzia Conceição Bomfim - SG/DEAPE - Departamento de Administração de Pessoal; 16. Luciano Dona da Silva - SG/DEPAT - Departamento de Patrimônio Imobiliário; 17. Wilson Luiz Fascina - SG/DEPCO - Departamento de Prestação de Contas - Convênios; 18. Edison Bianchini - SG/DEPLA - Seção de Planejamento Financeiro; 19. José Dalcio Villas - SG/DESGE - Departamento de Serviços Gerais; 20. Cristiane Rodrigues do Valle - SG/DELIC - Departamento de Licitações, Contratos, Orçamento e Preço; 21. Edvaldo Braz - SG/DEMFA - Departamento de Medição Financeira; 22. Daniela Alves da Silva - SG/DICEM - Divisão de Controle de Empreendimentos; 23. Caio Santana Cardoso - SG/SECON - Seção de Contabilidade; 24. Renato Primitz - SG/SEINF - Seção de Infraestrutura e Suporte; 25. Nilva da Silva Elias - SG/SEPRO - Seção de Arquivos e Processos; 26. Ramires Dias Junior - SG/SESES - Seção de Sistemas e Informação; 27. Claudio Bezerra dos Santos - SJ/DETRA - Departamento de Contencioso Trabalhista; 28. Antonio de Oliveira Cruz - SJ/DIJUR - Divisão Jurídica.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e altera a Portaria DERSA PR/PR nº 002 de 01/07/2016, com a revogação expressa das nomeações anteriores.

PAULO MUANIS DO AMARAL ROCHA
Presidente Liquidante

Dersa

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão



SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

CNPJ 43.776.517/0001-80

EXTRATO DE CONTRATO

CT 60407/21-01 - Modalidade: Pregão - Fornecimento de Tubos e Conexões de Materiais Plásticos - Corr Plastik Industrial Ltda - R\$ 11.320,00 - 25/03/21 - Par. Jurídico CSG 9605/21 22/01/2021 - Recurso Investimento - 105 dias - partic: 08/04. Franca, 27/03/21UNPGrande

PRORROGAÇÃO DE DATAS

PGRGA-00682/21 - " AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTOBOMBA ANFÍBIA PARA O BOOSTER ETA -RESERVATÓRIO SANTA CRUZ "Edital completo disponível para download a partir de 17/03/2021 - www.sabesp.com.br/licitacoes - mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984. Envio das Propostas a partir da 00h00 (zero hora) do dia 06/04/2021 até às 09h00 do dia 07/04/2021, no site acima p/ empresas que possuam senha de acesso, às 09:01 do dia 07/04/2021, será dado início a sessão pública pelo Pregoeiro. Dossiê franq para vistas Av. Dr. Flávio Rocha, nº 4951, das 08-11/13-16hs. Franca, 27/03/2021UNPGrande.

PG RA 00.410/21 - AQ CMB HELICOIDAI. Edital completo disponível para download a partir de 29/03/2021 - www.sabesp.com.br/licitacoes - mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa - Problemas c/ site, contatar fone (0**11) 3388-6984 ou informações Av. Pe Antonio Brunetti, 1234 V. Alves - Itapetininga/SP (15) 3275-9138. Recebimento das propostas a partir das 00:00h do dia 07/04/2021, até as 09:00h do dia 08/04/2021 no site da Sabesp. As 9:01hs do dia 08/04/2021 será dado início a sessão. UNA Paranapanema 27/03/2021.

HOMOLOGAÇÃO

LI 03166/20_RV - Exec. de obra p/ o sist. de esgoto sanitário, do munic. de Roseira, compreendendo exec. do emissário final da ETE Roseira, no âmbito da Unid. de Neg. Vale do Paraíba - RV. A Sabesp comunica aos interessados que homologado o resultado, o objeto fica adjudicado à empresa ASD Construções e Saneamento Eireli. UNVParabaiba, 27/03/2021

continua

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

www.imprensaoficial.com.br

SAC 0800 01234 01



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA BICICLETAS MONARK S.A.

	2020	2019		2020	2019
Saldos - impostos diferidos:				4.192	145
Ativo circulante					
IRPJ e CSLL sobre provisão com crédito de liquidação duvidosa	12	28	Outras receitas operacionais (a)		
Ativo não circulante			(a) Em 04 de junho de 2020, a Companhia recebeu o valor de R\$ 3.694 mil relativo ao processo de falência de empresa Hermes Macedo, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Paraná. Os honorários advocatícios foram registrados na rubrica serviços profissionais, no valor de R\$ 554 mil.		
IRPJ e CSLL sobre provisão para contingências	1.231	1.316	13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:		
IRPJ e CSLL sobre provisão para perdas com créditos tributários	538	588	Foram efetuadas em condições normais de mercado e estão incluídas na rubrica "Despesas gerais e administrativas":		
IRPJ e CSLL sobre diferença arrendamentos	63	39			
	1.832	1.943			
	2020	2019			
	14.497	14.747			

Passivo

IRPJ/CSLL sobre ajuste avaliação patrimonial

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

a) **Capital Social:** O Capital Social integralizado está representado por 454.750 ações ordinárias, sem valor nominal. O valor patrimonial por ação em 31/12/2020 é de R\$ 418,81 e R\$ 418,50 em 31/12/2019. b) **Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia procedeu à avaliação de suas aplicações em títulos, em relação aos valores de mercado, em contrapartida à conta do patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade	Cotação em	Saldo em	Cotação em	Saldo em	Evolução no
	ações/cotas	2019	2019	2020	2020	período
Investimentos						
Ações Petrobrás PN	938.664	29,15	27.362	28,34	26.602	(760)
Ações Eletrobras	23.285	38,24	890	37,00	862	(28)
Fundo Ações Bradesco	3.694.071,70	4,261020297	15.741	4,282114199	15.818	77
Outras	3.307	50,00	165	43,04	142	(23)
Total			44.158		43.424	(734)

Impostos diferidos sobre a evolução no período

	249
	(485)
Saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2019	28.625
Redução no PL no período de 2020	(485)
Saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2020	28.140

c) **Dividendos:** A Administração irá propor dividendos para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, no valor de R\$ 7,92787487631 por ação, a serem pagos de acordo com o previsto legalmente.

11. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS:

	2020	2019
Receita bruta de vendas	29.450	20.077
(-) Devoluções de vendas	(362)	(51)
(-) Abatimento sobre vendas	-	(1)
(-) IPI	(2.540)	(1.641)
(-) ICMS	(2.408)	(1.339)
(-) PIS/COFINS	(2.350)	(1.527)
Receita líquida de vendas	21.790	15.518

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS RECEITAS:

	2020	2019
Salários e encargos	(1.066)	(1.028)
Serviços profissionais (a)	(1.310)	(765)
Depreciação direito de uso	(1.848)	(2.332)
PIS/COFINS sobre receita financeira	(211)	(496)
Outras despesas	(1.479)	(1.332)
Total	(5.914)	(5.953)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SYLVIO MARZAGÃO - Presidente
PAULO MARZAGÃO SOBRINHO - Conselheiro
EDUARDO BOCCUZZI - Conselheiro

DIRETORIA

SYLVIO MARZAGÃO
Diretor Presidente
ORLANDO NUCCI FILHO
Diretor

CONTADOR

FABIANO MACHADO
CRC 1SP 235810/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ata de Reunião do Conselho Fiscal realizada em 16 de março de 2021. Aos 16 dias do mês de março de 2021, às 14 horas, no escritório administrativo, situado na Rua Alexandre Dumas, 1.601 – conjuntos 134, 135 e 136 – São Paulo/SP, reuniram-se os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de Bicicletas Monark S/A, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, analisaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; estiveram presentes também o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Sylvio Marzagão e o Auditor Independente Sr. Fernando Radaich de Medeiros. Dando início aos trabalhos, os senhores Conselheiros Fiscais entregaram um questionário ao representante dos Auditores Independentes. O questionário foi devidamente respondido e será mantido em arquivo, no escritório da sociedade em São Paulo, fazendo parte integrante desta ata. Após realizarem suas análises, lavraram o seguinte parecer: Em atendimento as atribuições legais e estatutárias, os Membros do Conselho Fiscal da **Bicicletas Monark S.A.**, reuniram-se, nesta data, na sede da Companhia, a fim de analisarem o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, tomadas em seu conjunto. Considerando as análises efetuadas, os esclarecimentos prestados pela Diretoria e os Administradores, e considerando o Relatório sem ressalvas de RSM Brasil Auditores Independentes, datado de 19/02/2021, é de parecer que os citados documentos estão em conformidade com a Legislação pertinente e com o Estatuto da Companhia, e refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa no referido exercício social, em todos os aspectos relevantes, razão pela qual recomendam o encaminhamento de tais documentos para a Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 16 de março de 2021

ANTONIO CARLOS MARTINS - Conselheiro Fiscal

SÉRGIO RICARDO VIOLA - Conselheiro Fiscal

MASSAO FABIO OYA - Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e sócios quotistas da **Bicicletas Monark S.A.** - Indaiatuba - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Bicicletas Monark S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bicicletas Monark S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e dos seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Contabilização dos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 3 e 4, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no montante de R\$ 153.136 mil e em ações e fundo de investimentos em ações no montante de R\$ 43.424 mil. Devido sua representatividade no total do patrimônio líquido da Companhia, consideramos a contabilização destes ativos financeiros como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos incluíram a verificação da existência desses ativos financeiros por meio de confirmação independente junto às instituições financeiras e documentação das corretoras, bem como de suas correspondentes valorizações por meio de recálculo das remunerações das aplicações em CDBs e verificação do preço das ações no mercado à vista. Adicionalmente, avaliamos a adequação das classificações e divulgações da Companhia sobre o assunto. Com base na abordagem e procedimentos de auditoria descritos, obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes com relação ao reconhecimento, mensuração e adequação divulgação e classificação dos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações

financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021

Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC 1SP-217.532/O-6
RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

FAZENDA ITAOCA AGROPECUÁRIA S.A.

CNPJ/MF nº 49.450.422/0001-58 - NIRE 35.300.103.297

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas convocados a se reunirem em AGO, a ser realizada no dia 26/04/21, às 11h em 1ª convocação se presentes os acionistas cujas ações tenham valor equivalente a maioria do capital social e às 11h30 em 2ª convocação com a presença de qualquer número de acionistas, na sede em SP/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 13º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Contas, do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31/12/2020. b) Outros assuntos pertinentes à AGO. Estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede os documentos a que se refere a letra "a" da ordem do dia acima. Indaiatuba, 23/03/2021. A Diretoria.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 30/03/2021 07:05:11.

Nº de Série do Certificado: 789B4B57E50948D263FB2851A9019D887A424ECE

[Ticket: 40447382] - www.imprensaoficial.com.br

FARO ENERGY I COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE PROJETOS S.A.

CNPJ/MF nº 31.191.534/0001-76 - NIRE 3530054506-1

AVISO AOS ACIONISTAS

A **Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.** ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos Senhores Acionistas da Companhia que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na Rua Comendador Eduardo Saccab, 215, sala 315, São Paulo/SP, CEP 04601-070. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros. São Paulo, 26/03/2021.
Pedro Miguel de Araújo Mateus - Diretor.

DECISÕES ECONÔMICAS



Sidnei Domingues Sérgio Braga
sergiocpb@gmail.com

Deputado é contra cobrar 1,5% dos carros de aplicativos

O deputado Charles Batista (PSL) é contra a taxa de 1,5% por parte da Prefeitura do Rio sobre os transportes de passageiros por aplicativo. Ele alega que o tributo vai ser repassado pelas empresas para os motoristas, reduzindo seus ganhos diários. O deputado está propondo a formação na Alerj de uma Frente Parlamentar em Defesa dos Motoristas de Aplicativos e Entregadores de Delivery para discutir a decisão, que pode ser copiada por outros municípios. Charles Batista quer a Frente defendendo também os camelôs, que estão sendo impedidos de trabalhar por causa da pandemia. O deputado conhece bem esse último setor, já que foi camelô em São João de Meriti por cinco anos.



Charles Batista

Vacina para quem disputa Olimpíada

A deputada Alana Passos (PSL) está pedindo prioridade na vacinação contra a Covid-19 no estado para atletas olímpicos e paraolímpicos que já garantiram vaga para os Jogos de Tóquio 2020, adiados para 23 de julho, além das comissões técnicas de cada modalidade. A proposta está em tramitação na Alerj. Vale ressaltar que o COB e o CPB não solicitaram a vacinação antecipada dos atletas.

Deputado do PP quer ser Senador

O deputado federal Dr. Luizinho (PP-RJ), presidente do partido no estado, chegou a ser indicado para ser ministro da Saúde, prontamente rejeitado por Bolsonaro, que nem se deu ao trabalho de explicar o porquê. Mas o deputado segue com prestígio em alta e poderá compor a chapa do governador em exercício Cláudio Castro. Dr. Luizinho seria o candidato ao Senado, disputando a vaga ocupada hoje por Romário, que deve ser candidato a deputado federal.



Dr. Luizinho

Vereador quer isenção para clubes

O vereador carioca Marcos Braz (PL) quer reduzir ainda mais a tão minguada arrecadação municipal. Ele apresentou na Câmara Municipal do Rio um projeto de lei que isenta organizadores de eventos esportivos, que pertencem ao Sistema Nacional de Desporto, do pagamento da Taxa de Utilização de Área Pública (Tuap) na realização de competições desportivas. A medida beneficia os clubes de futebol. Tão bonzinho, esse vereador!

Secretaria do Clima

Tudo começou com as secretarias de Governo, que ninguém sabe por que passaram a ser chamadas de Casa Civil. Agora o modismo das nomenclaturas chegou às secretarias de Meio Ambiente, que estão se transformando em secretarias do Clima. Modinha que está tomando município atrás de município e logo chega aos governos estaduais.

Toyota suspende produção no Brasil

A partir desta segunda-feira, as quatro plantas industriais localizadas nas cidades de São Bernardo do Campo (SP), Indaiatuba (SP), Sorocaba (SP) e Porto Feliz (SP) pararão por até dez dias corridos.

A Toyota do Brasil informa que tomou a decisão, em conjunto com os sindicatos locais, de suspender sua produção a partir da próxima segunda-feira. A medida tem como objetivo contribuir com a redução de circulação de pessoas no momento mais crítico da pandemia no país, além de atender a antecipação de feriados por parte de autoridades em algumas dessas regiões.



Arquivo/ABR

Nesse sentido, as plantas de São Bernardo do Campo, Sorocaba e Porto Feliz têm retorno previsto para o dia 5 de abril, enquanto a unidade de Indaiatuba retornará no dia 6 de abril.

Os colaboradores administrativos também respeitarão a antecipação dos feriados.

A Toyota do Brasil possui um total de 5.600 colaboradores em todo o país e continuará a agir avaliando

a situação momento a momento, seguindo as orientações das autoridades locais e, principalmente, colocando a saúde e o bem-estar de seus colaboradores e de seus familiares em primeiro lugar.

Vendas virtuais cresceram 41% em 2020, melhor desempenho desde 2007

Em um ano de restrições pela pandemia, as vendas virtuais no Brasil cresceram 41% para R\$ 87,4 bilhões na comparação com 2019, impulsionado pelo aumento do número de pedidos e pela maior contribuição das compras por telefone celular. A informação consta do Webshoppers 43 Ebit|Nielsen & Bexs Banco.

A alta do faturamento teve como principal fator o aumento na quantidade de pedidos: 194 milhões, alta de 30% sobre o ano anterior. Outro ponto que ajudou o resultado e motivou maiores compras foi o frete grátis, que representou 43% de todas as compras de 2020.

A agilidade é também exemplificada pela importância dos celulares neste desempenho. Do total de vendas, 55,1% ocorreram através desses dispositivos, ou R\$ 45,9 bilhões, alta de 79% em relação a 2019 e 176% sobre 2018. Apenas pelo toque na palma da mão foram gerados 106,6 milhões de pedidos, 56% maior que o ano anterior.

“O brasileiro ficou muito conectado durante a pandemia, com o celular ao alcance da mão. E isso facilitou muito para fazer suas compras de supermercado, roupas, artigos de casa e decoração, por exemplo”, afirmou o Head de e-commerce de Ebit|Nielsen, Marcelo Osanai.

Diante da restrição da pandemia, as vendas do virtuais ficaram ainda mais concentradas em lojas de departamento: esse segmento sozinho contribuiu com 84,3% do faturamento total, seguido bem atrás por artigos esportivos (+2,8%), informática (+2,4%), roupas (2,2%) e autosserviço (1,8%).

Outra curiosidade foi a jornada do consumidor. Sites de busca e as redes sociais são, de acordo com o estudo, o principal caminho para se iniciar as compras de produtos. Para artigos de casa e decoração, por exemplo, ambos canais são o início de 55% de todas as vendas. Já para roupas e calçados, é o início de 44%, seguido por perfumaria (38%), petshop (33%) e farmácia (30%).

O recorte por regiões mostra um novo perfil se consolidando. Apesar de os estados do Sudeste permanecerem em primeiro na contribuição para as vendas, com 52% do valor arrecadado em vendas ou 44,1% de impulso para a alta total do comércio eletrônico em 2020, o Nordeste dobrou o consumo virtual, com 18,5% do total e 31,7% de contribuição.

Entretanto, esse tipo de vendas encabeça críticas do consumidor brasileiro ao varejo. O volume de reclamações sobre canais virtuais já supera o de lojas físicas.

O Índice Nacional de Satisfação do Varejo (INSV), desenvolvido pela agência de pesquisa e marketing Inroots, com apoio da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) avaliou 50 mil menções espontâneas na internet, referentes a 300 empresas que gerenciam 576 bandeiras de negócios.

Dos comentários considerados mais críticos, 76% dizem respeito ao atendimento. Entre as falhas mais enfatizadas pelo consumidor estão a impossibilidade de falar com um profissional para sanar dúvidas, pedidos que não chegam no prazo, promoção anunciada no site que não foi encontrada e cobranças indevidas.

Exportação de vinhos e alimentos chilenos ao Brasil cresce 24%

Relatório da ProChile, instituição do Ministério das Relações Exteriores do Chile, constatou um aumento na exportação de vinho e alguns alimentos em 2020. A bebida chilena seja no tipo tinto ou branco se destaca. Em 2020, houve crescimento de 24% a mais de exportação de vinho envasado em relação a 2019, atingindo, no total, US\$ 185 milhões de dólares.

A aveia chilena é outra iguaria que caiu no gosto do

brasileiro e as vendas saltaram de US\$ 1,32 milhão para US\$ 10,43 milhões no comparativo com 2019, o que representa um acréscimo de 690%. “As exportações chilenas desse produto têm aumentado nos últimos anos, devido ao interesse que temos vistos nos importadores considerando a qualidade do produto e a proximidade para chegar ao mercado local”, analisa María Julia Riquelme, diretora comercial do ProChile Brasil.

Varejo projeta avanço para os próximos meses

O varejo deve sinalizar melhora nos próximos meses, após período de queda devido a pandemia. Dados da Projeção de Vendas, do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (Ibevar), revelam avanço de 14,51% para março, 37,24% para abril e 19,16% para maio, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

O diretor de pesquisas do Ibevar, Nuno Fouto, explica que 2020 foi um ano difícil para o varejo. “O ano anterior foi marcado pelo início da pandemia, um cenário completamente atípico, em

que houve o fechamento do comércio. A projeção para este ano, quando comparado com o ano anterior, é de que haja um aumento, mediante a recuperação nos últimos meses”, afirma o professor.

Alguns segmentos indicam contínuo crescimento entre março e maio, respectivamente, sendo eles: artigos farmacêuticos, com índices de 9,98%, 31,25% e 19,79%; tecidos, vestuário e calçados, com 58,08%, 422,88% e 163,72%; e outros artigos de uso pessoal e doméstico: março, 31,82%, 81,86% e 28,03%.

AGUAS DE ARACAOBADA S/A
CNPJ nº 11.347.020/0001-59 - NIRE 35.3.0037410-0
12º andar, sede da sociedade na Rua Frei Toledo nº 860, Centro, Aracaju/SE. A fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e da Proposta dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31/12/2020; (b) Designação do resultado do exercício findo em 31/12/2020; (c) Retenção de lucros; (d) Emissão de discussão da proposta organizativa para o ano de 2021; (e) Constituição de Estatuto Social; e (f) Assuntos gerais da Cia. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Cia, cópias dos documentos referentes à ordem do dia. Aracaju/SE, 22/03/2021. Ronaldo Ottoni Tóssi - Diretor. Ivan Minelli da Silva - Diretor.

FARO ENERGY PROJETOS SOLARES HOLDING S.A.
CNPJ nº 34.099.970/0001-08 - NIRE 35.300.554-027
AVISO AOS ACIONISTAS
A Faro Energy Projetos Solares Holding S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos Senhores Acionistas da Companhia que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na Rua Comendador Eduardo Sacchi, 215, sala 315, São Paulo/SP, CEP 06061-070. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos portais costumares. São Paulo, 26/03/2021. Pedro Miguel de Araújo Mattes - Diretor.

FARO ENERGY COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE PROJETOS S.A.
CNPJ nº 31.191.534/0001-76 - NIRE 35.300.554-06-1
AVISO AOS ACIONISTAS
A Faro Energy Comércio e Locação de Projetos S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos Senhores Acionistas da Companhia que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na Rua Comendador Eduardo Sacchi, 215, sala 315, São Paulo/SP, CEP 06061-070. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos portais costumares. São Paulo, 26/03/2021. Pedro Miguel de Araújo Mattes - Diretor.

